

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 45ª Reunião Ordinária - 13/11/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
CDRS	Henrique Bellinaso
CONIRP	Roberto Polga
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
DAAE Rio Claro	Márcio Afonso B Frandi (T) Miguel Milinski (S)
DAE S/A Jundiáí	Maria Carolina H. D. Simões
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
INEVAT	Cláudia Grabher
IZ-APTA-SAA	João José A A Demarchi (T) Simone R. Oliveira (S)
ONG Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
P.M. de Limeira	Meire Menezes Bassan (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel M. Milinski
P.M. de Salto	Carlos Manoel do N. Faria
SAA	Henrique Bellinaso
SANASA/CT-EA	Ana Lucia F R Vieira
SIMA/CFB	Júlia Carolina Fatuch (S)
SIMBiOSE	Cláudia Debroy de Campos
SR Limeira	Nilton Piccin
UNESP	Gilda Carneiro Ferreira

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Membros com Justificativa	
Entidade	Representante
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi
SR Campinas	
SR Rio Claro	
SR Salto	

Membros Ausentes	
COOTA	
Consórcio PCJ	

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
AEAA Atibaia e Região	Paulo Eduardo Mamede
Agência das Bacias PCJ	Bruna Juliani , Bruno Aranda Fabio Coca

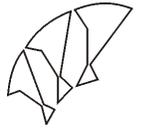
Agência das Bacias PCJ (continuação)	Felipe Requena Ivan Gerdzijauskas Marcos Cazzonato Marina Barbosa Rebeca Silva Tiago Georgette
Associação Caminho Verde	Maria Fernanda Marques
DAAE Rio Claro	Mariana de Castro Chagas Matheus Henrique Gonçalves Raquel Curtolo Quirino
DAE S/A Jundiáí	Nathânia Alves Carlos Eduardo Moraes Pereira
P.M. de Campinas	Sueli A Thomaziello
P.M. de Itupeva	João Paulo Vieira
P.M. de Joanópolis	Luiz Gusson
P.M. de Nova Odessa	Jorge Pereira Fagundes
P.M. de Piracaia	Hélio Fernando Peçanha Varela Alcista M. S. H de Almeida
P.M. de Toledo	Damião do Couto
SIMA/SP Programa Nascentes	Aline Salim Claudia B. Porto Helena Carrascosa Von Glehn Juliana Ortega
TNC	Henrique Bracale

1. Abertura da 45ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):

O coordenador do GT-Mananciais, Sr. Henrique Bellinaso, representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CDRS/SAA), fez a abertura da 45ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais, informando que a convocação foi enviada por mensagem eletrônica no dia 09/11/2020 e deu as boas-vindas aos membros presentes. Na sequência, passou a palavra ao secretário do GT-Mananciais para as atividades de informes e atas. **2. Secretaria (item 2 da pauta):** O Sr. João José A. A. Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia (IZ/APTA/SAA) e secretário do GT agradeceu a presença de todos dando sequência aos trabalhos do dia. **2.1. Aprovação da minuta da ata da 44ª Reunião Ordinária realizada no dia 02/10/2020:** O Sr. Demarchi questionou os membros se haveria a necessidade de realizar a leitura da minuta de ata, que foi

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 45ª Reunião Ordinária - 13/11/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

dispensada por todos. Após essa confirmação, colocou a minuta de ata em votação, sendo aprovado por unanimidade; **3. Informes da Secretaria:** O Sr. Demarchi apresentou aos membros os seguintes informes: **3.1. GT-Áreas Protegidas:** Informou que o trabalho realizado de atualização do Mapa de Áreas Protegidas PCJ tem sido bem proveitoso e que em breve será encaminhado para aprovação de todos; **3.2. GT-Áreas Protegidas - TR-PMMA:** Informou que o edital do Termo de Referência está com a Agência PCJ não tendo mais pontos a incluir neste momento. Apenas aguarda aprovação de novas normas de licitação pela ANA para avaliação da necessidade de alguma correção; **3.3. GT-Indicadores e Monitoramento:** Convidou a todos para participarem do Workshop Internacional sobre Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos (II SUSTENTARE V WIPIS) que acontecerá nos dias 17, 18 e 19/11/2020 e que está com inscrições abertas; **3.4. Encaminhamento do EDITAL 2020 – Programas I e II da Política de Mananciais PCJ:** Em seguida informou que conforme aprovado, está sendo elaborado novo edital com fonte de recursos tanto da cobrança federal quanto da estadual paulista; **3.5. Águas Subterrâneas:** Também informou que foi realizada uma reunião conjunta com membros da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) e que essa reunião propiciou bons debates e reflexões para entendimentos na busca de identificar áreas importantes para preservação visando o abastecimento de mananciais subterrâneos das Bacias PCJ. Por meio da apresentação realizada pelo Professor Didier Gastmans da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Rio Claro); **3.6. Outros Informes:** a) Seguiu informando sobre o andamento dos trabalhos realizados pelo GT-Ação em Saneamento Rural que adiou o projeto piloto por conta da falta de recursos e que estão estudando uma minuta de Termo de Referência para financiamento de revisão de Planos Municipais de Saneamento Rural; b) Informou também que o trabalho do GT-SAA tem avançado bem com foco na parceria da Agência PCJ e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; c) O Sr. Henrique Bellinaso participou de uma apresentação realizada sobre Manejo e Conservação de Solos com a Itaipu Binacional que ocorreu na ESALQ/USP e que os interessados podem

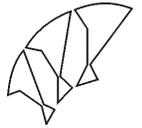
acessá-las na plataforma do *YouTube* por meio do link https://www.youtube.com/watch?v=XuZOTN_1Um4&t=4218s.

4. Apresentação PROGRAMA NASCENTES – Descrição e situação atual do programa:

Na sequência, o Sr. Henrique Bellinaso convidou a Sra. Helena Carrascosa Von Glehn da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), Unidade de Gestão de Projetos, Coordenação do Programa Nascentes do Governo do Estado de São Paulo. Participaram também desta apresentação a Sra. Aline Salim e a Sra. Juliana Ortega, da equipe técnica do programa. A Sra. Helena comentou que o Programa Nascentes teve início em 2014, por conta da crise hídrica que o Estado de São Paulo passou e que tem como **objetivo geral ser uma solução de longo prazo por meio da proteção dos mananciais**. São objetivos do programa: **i.** solucionar os entraves para restauração no estado de São Paulo; **ii.** otimizar os resultados dos investimentos em restauração, mais benefícios com os mesmos recursos; e **iii.** facilitar o cumprimento de obrigações legais. Assim, envolve a parceria de restauradores, com proprietários com áreas a recuperar e pessoas físicas e jurídicas com obrigações de restaurar áreas. São instrumentos do Programa Nascentes: a Resolução SMA nº 07/2017, que “dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo”; o banco de áreas, fruto dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR), do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e de Unidades de Conservação do estado de São Paulo (UCs); as prateleiras de projetos; as conversões de multas; e o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE). A Sra. Helena apresentou que a Resolução SMA nº 07/2017 estabelece prioridades de recuperação para áreas do estado de São Paulo, sendo que todo o território das Bacias PCJ estão como alta prioridade, o que determina uma recuperação seis vezes maior que a área desmatada e que possui mecanismos de incentivo para atração de projetos de restauração provenientes de compensação de áreas de menor prioridade. Já a Sra. Aline apresentou sobre o banco de áreas que possui por

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 45ª Reunião Ordinária - 13/11/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

meio do CAR 28 (vinte e oito) mil propriedades cadastradas com 107 (cento e sete) mil hectares de áreas passíveis de serem disponibilizadas para restauração com recursos de terceiros. Essas áreas podem ser conhecidas por meio de acesso ao sítio eletrônico do DataGeo do estado de São Paulo, identificadas áreas cadastradas interessantes e depois preencher um formulário disponível no sítio eletrônico do Programa Nascentes identificando o número do CAR. Informou também que problemas de cadastros e informações incompletas são pontos fracos o que gera baixa finalização na parceria. Visando ampliar o acesso às áreas, proprietários com áreas podem cadastrar sua propriedade diretamente no Banco de Áreas, sendo que em 2019, foram 111 (cento e onze) solicitações que totalizam 1.850 (mil, oitocentos e cinquenta) hectares. As Bacias PCJ estão entre as áreas críticas do projeto, tendo cadastradas 4.037 (quatro mil e trinta e sete) propriedades com 10.642 ha (dez mil, seiscentos e quarenta e dois hectares). Atualmente, o programa conta com 13 (treze) solicitações em andamento, sendo 50% (cinquenta por cento) atendidos com áreas do ITESP, UCs e projetos de prateleiras, 25% (vinte e cinco por cento) com banco de áreas do CAR e 10% (dez por cento) pró-atividade com inscrição pelo proprietário no Banco de Áreas. Quanto ao banco de áreas do ITESP, são áreas de assentamentos da reforma agrária com Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) disponíveis para restauração, sendo que nas Bacias PCJ existe um assentamento, de nome Camaquã, no município de Ipeúna/SP com 29 ha (vinte e nove hectares) disponíveis. Quanto ao banco de áreas de UCs estaduais, há a Estação Ecológica Barreiro Rico em Anhembi/SP com 0,89 ha (oitocentos e noventa centésimos de hectare) e a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade em Rio Claro/SP com 40,5 ha (quarenta hectares e cinco décimos) disponíveis para restauração. A Sra. Juliana apresentou a prateleira de projetos, que consiste na aproximação de quem tem que restaurar, com quem tem área a ser restaurada e com quem sabe restaurar, que pode ser empresa, ONG e outras instituições interessadas. Neste formato, o interessado acessa o produtor com área, monta o projeto e inicia a execução vendendo essa área em parte ou na totalidade para as instituições com interesse em financiar a

restauração. A contratação pode ser antes do início das ações de restauração ou depois que a restauração já está sendo realizada por meio dos projetos “**Ativo Verde**” que facilitam a conclusão do processo de compensação junto aos órgãos licenciadores. As Bacias PCJ possuem 19 (dezenove) projetos aprovados com 795,2 ha (setecentos e noventa e cinco hectares e dois décimos) cadastrados, sendo que 430,3 ha (quatrocentos e trinta hectares e três décimos) já foram contratados por instituições com obrigação de restauração. Há também 3 (três) projetos cadastrados que logo estarão disponíveis no banco. Já, a conversão de multas está regulamentada por meio da **Resolução SMA nº 51/2016** e que compreende que até 90% (noventa por cento) do valor consolidado das multas emitidas pela Polícia Ambiental podem ser convertidos em serviço ambiental de restauração ecológica. Já o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (**SARE**), instituído pela Resolução SMA nº 32/2014 e Portaria CBRN nº 01/2015 e que possui 21.367 ha (vinte e um mil, trezentos e sessenta e sete hectares) de áreas em restauração, sendo que o foco está no diagnóstico e resultado, com a definição de orientações e critérios sobre restauração ecológica. Nas Bacias PCJ, estão cadastrados 331 (trezentos e trinta e um) projetos totalizando 1.601 ha (um mil, seiscentos e um hectares) de áreas em restauração, sendo 290 (duzentos e noventa) projetos atendendo exigências da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Na sequência, a Sra. Aline apresentou um panorama das Bacias PCJ onde primeiro apresentou o novo Inventário Florestal do Estado de São Paulo, lançado em 2020 que conta com 5.670.000 ha (cinco milhões, seiscentos e setenta mil hectares) de matas existentes, sendo que as Bacias PCJ se encontram entre 20 e 50% (entre vinte e cinquenta por cento) de área com vegetação, mas que ao verificar por município, percebe-se que essa distribuição não é homogênea, sendo que os municípios de Sumaré/SP, Hortolândia/SP e Cordeirópolis/SP apresentam menos de 10% (dez por cento) de suas áreas com vegetação nativa. Outro estudo apresentado foi o projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP) chamado “Código Florestal no Estado de São Paulo” que apresentou a realidade das Bacias PCJ que apresentou um déficit de 61.441 ha (sessenta e um mil,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 45ª Reunião Ordinária - 13/11/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

quatrocentos e quarenta e um hectares) de APP e 3.529 ha (três mil, quinhentos e vinte e nove hectares) de Reserva Legal, o que representa 6% (seis por cento) do déficit no estado de São Paulo. Na sequência, o Sr. Henrique agradeceu a apresentação da equipe e abriu para dúvidas. O Sr. Cícero Azevedo Homem de Melo Júnior da SOS Mata Atlântica parabenizou e perguntou sobre a bonificação para pessoas que sobem de categoria de intervenção para compensação, existente na Resolução SMA nº 07/2017, que não pode o empreendedor aumentar as áreas quando forem de alta prioridade para baixa prioridade. A Sra. Helena explicou que o programa está sempre em evolução e que no momento, não está priorizada essa ação, por conta da atenção às áreas críticas de São Paulo, mas que a discussão está sempre aberta, podendo ser pensado na revisão do Programa. Já, o Sr. Roberto Polga representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRPI) questionou sobre a recuperação da qualidade dos solos antes do processo de restauração florestal. A Sra. Helena explicou que em todo processo de restauração, deve ser pensado na restauração do processo ecológico e que grandes processos erosivos devem ser combatidos. Já grandes ações de conservação de solo envolvem parcerias com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Já a Sra. Ana Lucia Floriano, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) questionou se a área da APA Sistema Cantareira está incluída no Banco de Áreas. A Sra. Juliana apresentou o *site* do DataGeo onde apresentou as áreas disponíveis em CAR e que estão dentro do polígono da APA Sistema Cantareira. Já o Sr. Petrus Weel representante das Cooperativas de Holambra, reforçou a importância dos projetos de restauração florestal conjugada com ações complementares como saneamento rural e conservação de solos. A Sra. Helena concordou com esse ponto e reforçou que a integração de diversas ações é primordial para conservação dos mananciais. **5. Banco de Áreas e Banco de Projetos PCJ:** Na sequência, o Sr. Henrique convidou a Sra. Marina Barbosa assessora da Assessoria Ambiental da Agência de Bacias PCJ que agradeceu a oportunidade e explicou que a Assessoria Ambiental trabalha com o 'Programa Nascentes' desde o início e que muitos trabalhos foram construídos em sinergia pelas

duas instituições. Na sequência, convidou a Srta. Bruna Juliani analista da equipe da Assessoria Ambiental para fazer a apresentação. A Sra. Bruna explicou que o Banco de Áreas PCJ é um cadastro de áreas disponíveis em propriedades rurais, localizadas nas Bacias PCJ para restauração florestal e que esse cadastro é voluntário podendo ser realizado pelo produtor. Já o Banco de Projetos PCJ é o cadastro de projetos elaborados por meio da Política de Mananciais PCJ, disponíveis para execução de intervenções previstas, objetivando sua adequação ambiental. A alimentação do Banco de áreas acontece pelo preenchimento do formulário de adoção por empresas interessadas em restaurar áreas e o formulário de disponibilização, onde os proprietários rurais disponibilizam suas áreas para serem restauradas. A alimentação do banco de projetos ocorre por meio da espacialização das microbacias prioritárias em projetos de adequação ambiental e também em projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) preconizados pela Política de Mananciais PCJ. Campanhas em mídias sociais da Agência PCJ foram realizadas em outubro de 2020 com objetivo de divulgar esse Programa. Essa divulgação ocasionou o aumento de entidades interessadas em adotar áreas, havendo interesse em adotar aproximadamente 700 ha (setecentos hectares). Dentre as empresas interessadas em adotar áreas encontram-se a Assobio Ambiental, Concessionária EIXO, Da Serra Ambiental, SOS Mata Atlântica e Tríade Ambiental. Há áreas disponíveis para ser adotadas em Analândia/SP, Charqueada/SP e São Pedro/SP havendo a inclusão de novas áreas. No Programa I estão cadastrados 8 municípios abrangendo 277 (duzentas e setenta e sete) propriedades e 8.622 há (oito mil, seiscentos e vinte e dois hectares). Já no Programa II são 5 (cinco) projetos com 60 (sessenta) propriedades e 2.513 ha (dois mil, quinhentos e treze hectares). Como próximos passos, estão sendo realizado o estreitamento para trabalho conjunto com técnicos dos municípios PCJ e parceiros para cadastramento de áreas, a promoção de integração com a base dados da SIMA e seu 'Programa Nascentes' e a continuação de campanhas nas redes sociais para ampliar a divulgação dos bancos. Na sequência, o Sr. Henrique agradeceu a apresentação e abriu para discussão. A Sra. Helena Carrascosa da SIMA -

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 45ª Reunião Ordinária - 13/11/2020 – 09 às 12h

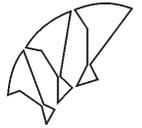
Reunião por Videoconferência

Programa Nascentes, perguntou quem executa os projetos elaborados pela Agência PCJ e se o executante realiza apenas a restauração. O Sr. Henrique respondeu que podem ser realizados pela Agência PCJ por meio de contratações de serviços, e a execução tem sido realizada por empresas parceiras aumentando o alcance do Projeto. O Sr. Demarchi explicou que os projetos antigos, apenas estavam inclusos o processo de restauração, mas com a aprovação do novo Plano de Bacias, ações de saneamento rural e conservação de solos poderão ser incluídos. A Sra. Meire Bassan representante da Prefeitura Municipal de Limeira, ressaltou o trabalho realizado de aproximação da Política de Mananciais PCJ com o produtor rural, por meio da criação das Unidades Gestora de Projetos (UGP) com prefeituras, casas de agriculturas e conselhos locais. O Sr. Miguel Milinski, representante do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE Rio Claro) e da Prefeitura Municipal de Rio Claro, parabenizou as apresentações e questionou sobre qual o volume de áreas a serem restauradas nas Bacias PCJ. Foi informado que no SARE para as Bacias PCJ, são 1601 ha (um mil, seiscentos e um hectares) de áreas em processo de restauração. Na sequência, o Sr. Demarchi convidou o Sr. Cícero Azevedo Homem de Melo Júnior da SOS Mata Atlântica, para apresentar a experiência da parceria com o Instituto de Zootecnia (IZ) para restauração de áreas de mananciais. O Sr. Cícero agradeceu a oportunidade e apresentou sobre a captação de áreas em 2017 para realizar processos de restauração, que após a procura de vários parceiros, conheceu o IZ e que possibilitou a adoção de 35 ha (trinta e cinco hectares) no território do instituto em Nova Odessa/SP e que está adotando por meio de processos de execução de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA). As áreas do IZ foram cadastradas na Prateleira de Projetos do Programa Nascentes e novos parceiros serão buscados para completar toda a área. Por fim, disponibilizou-se para acompanhar visitas de pessoas interessadas em conhecer mais sobre o projeto. Na sequência, a Sra. Helena Carrascosa complementou que parcerias entre os Programa Nascentes e o GT-Mananciais podem ser muito frutuosas, já que alia as informações e parceiros identificados disponíveis do Programa com a possibilidade de investir os recursos da cobrança em

ações complementares que facilitam o processo de recuperação. E reforçou a importância de incluir nas parcerias as Prefeituras que já possuam o **processo municipal de licenciamento ambiental**. Ela destacou que, como todo o território do PCJ é considerado como alta prioridade, ações em parceria podem ser realizadas para identificar as áreas de maior prioridade de restauração dentre os 64.000 ha (sessenta e quatro mil hectares) de áreas a ser restauradas. Essa priorização pode ser usada para reforçar a divulgação e mobilização de proprietários para cadastrar mais áreas em projetos de prateleira nas áreas prioritárias. Assim, ela entende que os “pacotes” oferecidos pelo Programa Nascentes e pela Agência PCJ são distintos, mas apresentam-se como alternativas complementares para facilitar a adesão de proprietários rurais. Concluiu informando que a execução dos **Programas de Regularização Ambiental (PRA)** abrirão novas oportunidades de restauração florestal. Na sequência, o Sr. Demarchi reforçou a importância de ações de sensibilização ambiental com produtores rurais e se lembrou da importância de ações como a *webinar "Como sensibilizar sobre a problemática da água no meio Rural?"* realizada no dia 30/09/2020 e a necessidade de se ampliar essas ações. A Sra. Ana Lucia, coordenadora da CT-EA, concordou e lembrou-se da importância das ações como saneamento rural e educação ambiental são importantes e que ganhou novas diretrizes no novo Plano de Bacias. A Sra. Maria Carolina Hertel, representante da DAE S/A Jundiáí indicou a possibilidade de se pensar ações de conservação de solos em projetos de licenciamento ambiental como compensação de impactos causados. O Sr. Luiz Sertório representante da Fundação Florestal, ressaltou a importância que o ‘Programa Nascentes’ tem na proteção da biodiversidade e o benefício que pode ser gerado em áreas contidas no mosaico de Áreas de Proteção Ambiental (APA), podendo também ser pensada como prioridade para áreas do banco de áreas. A Sra. Helena explicou que no processo de análise estadual das Bacias PCJ, de acordo com a Resolução SMA nº 07/2017, todo o território do PCJ é considerado como alta prioridade. Assim, parcerias com a Agência PCJ poderão reconhecer as prioridades internas no território aumentando a eficácia das ações de restauração florestal. **6. Discussões**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASAIS

Ata da 45ª Reunião Ordinária - 13/11/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

/ Palavra aberta: Pelo adiantado da hora, não foi aberto para discussões gerais e palavra aberta. **7. Comentários finais e Encaminhamentos:** Como encaminhamento, o Sr. Demarchi solicitou à Assessoria Ambiental a criação de um grupo de discussão envolvendo representantes da Assessoria Ambiental, do Programa Nascentes, coordenações da CT-RN, CT-Rural, CT-EA e GT-Mananciais e entidades que solicitaram participar como SOS Mata Atlântica, TNC e FF. A Srta. Marina concordou e disse que enviaria uma proposta de agenda de discussão por *e-mail* para conversarem mais sobre a aproximação nesta parceria. **8. Encerramento:** O Sr. João Demarchi (IZ/APTA), secretário do GT-Mananciais, perguntou se havia mais alguma manifestação a ser feita pelos presentes, e não havendo mais nenhuma, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Henrique Bellinaso

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan

Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural



João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN